

LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Mandato 2021-2025

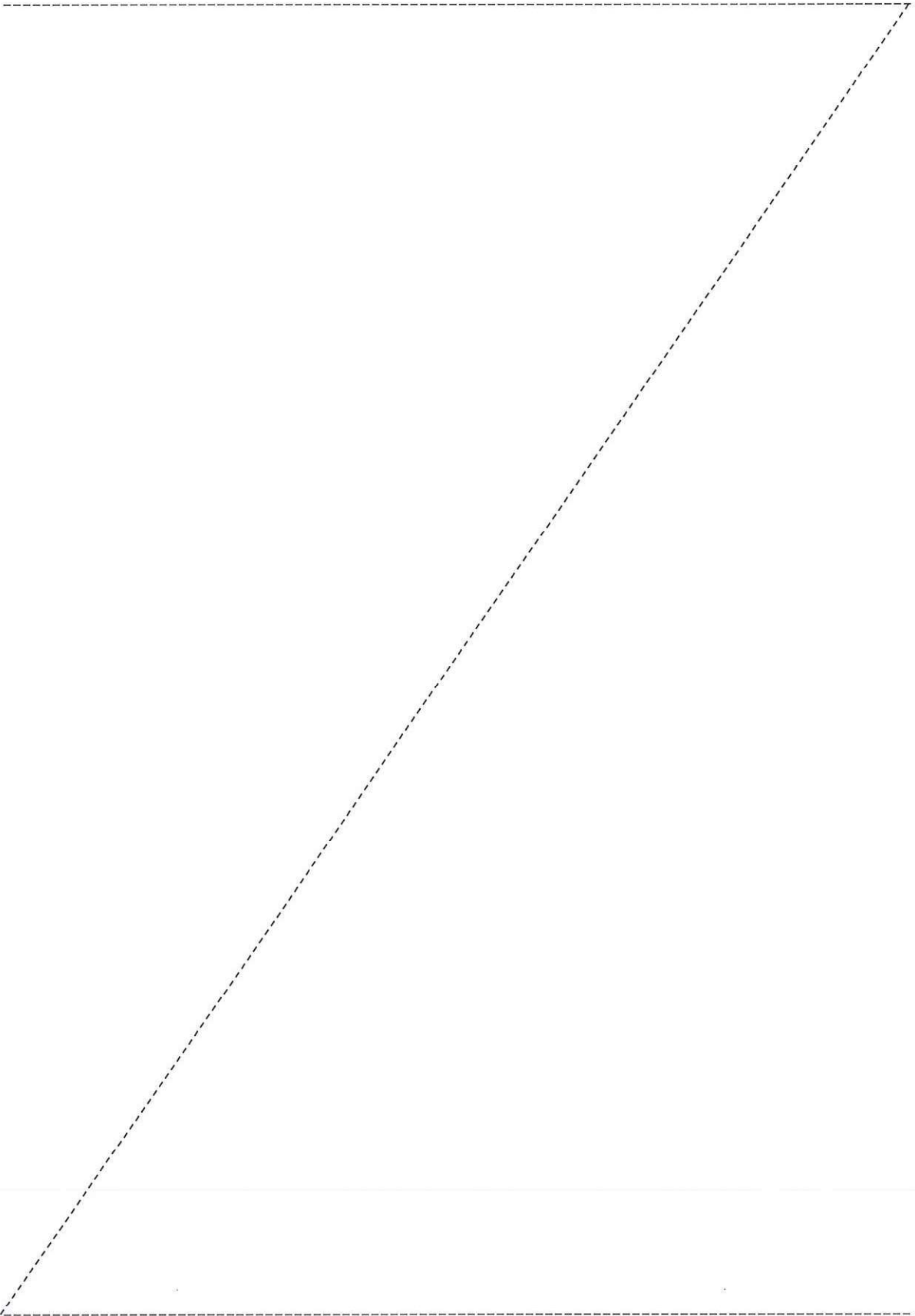
Sessão n.º 06

21 de dezembro de 2023

Sessão Ordinária

Início da sessão 21h15 horas	Términus da sessão 22h30 horas
---------------------------------	-----------------------------------

Presidente da Mesa: Francisco Artur Gomes Gaspar
Vice-Presidente da Mesa: Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado
Ferreira
Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha



Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

ATA N.º 06

--- Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: Eurico Manuel Lopes Henriques, Gustavo Gaudêncio da Costa, Helena Maria Martinho Lopes Cláudio, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, João Pedro Antunes Osório, Nelson Caetano Rodrigues, Armando Jorge Adrião Calixto, Mário Jorge Campos Pereira, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, António José Rabaça Silva Ribeiro, Mário Rui Filipe Santos, Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes, José Augusto Santos de Jesus, Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra, Augusto Gonçalves Parreira, Pedro Miguel Martins Braz, Berta Alexandra Teixeira Lopes, André Filipe Galvão Charrua (em substituição de Mara Lúcia Lagriminha Coelho), Luís Alberto Ferreira, Francisco Artur Gomes Gaspar, Maria da Conceição Afonso Contente, Daniel Teodoro Catarino Romão, Tiago Filipe Francisco Santos, Filipe Montez Coelho Madeira, Carlos Jorge Coelho Neto, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Alfredo José Carvalho Henriques da Silva, Dina Maria Gomes Rocha, Carla Patrícia Lopes Neto, Luís Manuel da Graça Batista e Pedro Miguel Janota Melão (em substituição de Filipe Frade Brígida).-----

--- Faltaram à sessão Sónia Isabel Campos da Silva Colaço, Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, António José da Fonseca Nobre, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, Francisco Caneira Madelino, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório, Nuno Miguel Ferreira Monteiro e Nádia Margarida Pereira.-----

--- Apresentaram justificação de ausência Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Rui Pedro de Sousa Barreiro e Filipe Frade Brígida.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia:-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2. Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de

F. Carpan
26
[Signature]

Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

- 2022;-----
- 3. Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Orçamentais e Financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2023 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----
 - 4. Apreciação e votação de Orçamento para 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029;-----
 - 5. Apreciação e votação de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação de proposta de Orçamento para 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029;-----
 - 6. Apreciação e votação de Mapa de Pessoal para 2024.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT em exercício, Francisco Artur Gomes Gaspar (PSD)**, informando que o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal não podia estar presente e que a senhora Deputada Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira iria assumir a função de Vice-Presidente da Mesa. O senhor Presidente prosseguiu colocando à **apreciação e votação da ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 20 de abril de 2023.**-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 20 de abril de 2023, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, colocando uma primeira questão sobre a Estação Zootécnica Nacional. Referiu que o assunto tinha sido removido da agenda e que esse investimento alavancava a investigação e desenvolvimento, indústria e postos de trabalho, e que isso tinha sido perdido. O senhor Deputado referiu que não se viam quaisquer consequências dessa situação, nem apuramento de responsabilidades técnicas, ou políticas. O senhor Deputado lembrou que o Senhor Presidente da Conselho Intermunicipal da CIMLT tinha referido eventuais possibilidades de compensações dessa perda de investimento. Mas o tempo tinha passado. Assim, perguntou se já havia alguma informação ou alguma diligência tomada pela CIMLT, no sentido de assegurar algumas compensações, alguns investimentos que pudessem verdadeiramente compensar essa perda de investimento que tinham desaparecido. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, colocando também uma questão sobre os transportes, no âmbito do programa de apoio à redução das tarifas em transportes públicos. Lembrou que estavam abrangidos os estudantes até ao ensino secundário e que já tinha questionado sobre a possibilidade de isso poder abranger os estudantes do ensino superior, público e privado. Na altura, tinha sido dito que esse assunto era plausível. O tempo tinha passado e, assim, o senhor Deputado perguntou se havia alguma informação para poder abranger os estudantes do ensino superior. O senhor Deputado mencionou ainda a empresa intermunicipal de transportes da Lezíria do Tejo. Solicitou informações mais recentes sobre a empresa e

Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

sobre o estudo de viabilidade económica existente. Solicitou ainda um ponto da situação relativamente à constituição da empresa intermunicipal de transportes da Lezíria do Tejo. Por último, o senhor Deputado solicitou informações sobre uma sessão que iria decorrer no dia seguinte na CIMLT, que tinha a ver com a celebração de um protocolo para financiar habitações a custos acessíveis. Pretendeu saber quantas habitações estavam abrangidas, quantos concelhos, qual o valor do apoio, qual o valor do investimento que cabia aos municípios e aquele que viria do IHRU.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, referindo que os eleitos não tinham conhecimento do estudo económico-financeiro da criação da empresa intermunicipal de transportes, nem dos estatutos. Nada. A comunicação social parecia saber mais do que os eleitos. O senhor Deputado questionou ainda porque é que estavam tão para trás no auditório.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT em exercício, Francisco Artur Gomes Gaspar (PSD)**, explicando que a senhora Secretária da Mesa tinha tentado organizar por bancadas os vários Partidos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, questionando o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, que também fazia parte do Conselho Consultivo do Hospital Distrital de Santarém, se tinha alguma informação sobre medidas que pudessem estar a ser preparadas para mitigar toda a situação que estavam a viver e que dizia respeito, sobretudo, às urgências. Prosseguiu a sua intervenção, informando que era docente do ensino superior e que a sua experiência de 36 anos considerava que era muito mais fácil contar os presentes em fila, aquando das votações para colocar em ata. Daí a disposição escolhida para a sala.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carla Patrícia Lopes Neto (PSD)**, reforçando a questão dos constrangimentos no Hospital Distrital de Santarém, que era um assunto premente. Referiu que era preocupação do PSD a falta de recursos. Lembrou um dos casos que tinha surgido na comunicação social: uma grávida que teve de percorrer quase 80 km, que já estava em trabalho de parto e que teve de se dirigir para Abrantes. Não se podia permitir que o SNS se degradasse desta forma. Neste sentido, perguntou se a CIMLT já tinha colocado questões, quer ao Governo, quer à administração do Hospital, e se tinha obtido respostas, se existia algum plano. Na opinião da senhora Deputada, estavam a acontecer situações inadmissíveis e eram necessárias uma resposta e uma atuação urgente do Governo. A senhora Deputada solicitou também um ponto de situação sobre futura Unidade Local da Saúde da Lezíria (ULS). Quis saber qual o plano de negócios da futura Unidade e se a mesma serviria os interesses dos municípios.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por responder à questão da Estação Zootécnica Nacional. Uma vez que este

Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

investimento se iria fazer no Concelho de Santarém, o Conselho Intermunicipal da CIMLT tinha decidido em reunião delegar a situação no Município de Santarém. Adiantou que estavam em negociações. Referiu ainda que aquilo que efetivamente devia ter sido investido não tinha sido e que havia um compromisso de, no Quadro Comunitário, poder ser recuperado. Por outro lado, o que estava para trás já não podia ser recuperado. A CIMLT tinha feito o que podia e as coisas infelizmente não tinham andado. Em relação aos passes, com o novo orçamento e novas medidas do Governo tinham-se levantado algumas questões. Mas até final do ano, início do seguinte, entraria em vigor a questão dos sub-23 para quem era estudante, com direito a passe gratuito. Em relação à empresa de transportes, o senhor Presidente explicou que se tratava de um processo que não era fácil, estando em causa várias questões. Uma delas, que à partida se resolvia de forma mais rápida, tinha a ver com a questão do terminal rodoviário em Santarém. A CIMLT tinha proposto a sua aquisição 3,5 milhões de euros. Tal aquisição era importante, porque a alternativa era fazer outro terminal rodoviário. Depois, tinha havido a necessidade de desenvolver um conjunto de estudos, nomeadamente o estudo de viabilidade económico-financeira, que tinha sido entregue à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT). A AMT tinha, entretanto, dado as respetivas autorizações provisórias, para que os transportes pudessem continuar a funcionar. Prosseguiu referindo que logo que houvesse Parecer, o mesmo iria às Assembleias Municipais para poder ser aprovado e havia de vir também à Assembleia Intermunicipal da CIMLT. De seguida, ainda teria que ir a Tribunal de Contas para que fosse efetivamente constituída a empresa. Depois, a empresa iria começar a operar. O senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, dizendo que a própria CIMLT também iria participar no capital social da empresa. Todo este caminho demorava o seu tempo. No futuro, a empresa teria de fazer, obviamente, aquilo que era o serviço público, que era obrigatório, com os horários e percursos existentes. Referiu ainda que a empresa não iria distribuir dividendos, tal como nenhuma das empresas intermunicipais criadas no âmbito da CIMLT. Todos os resultados líquidos positivos serviriam para melhorar o serviço, com novos autocarros, novas linhas, novos abrigos e mais informação. Era esse o objetivo. Para além disso, também teria a capacidade de se interligar com o serviço de Transporte a Pedido USO, que já estava a ser implementado pela CIMLT e pelos municípios associados. Em relação às questões da ULS, o senhor Presidente informou que tinham solicitado informação sobre o plano de negócios. Lembrou que as ULS teriam um Conselho de Administração composto por 3 pessoas, bem como 1 enfermeiro diretor e 2 diretores clínicos. Das 3 pessoas que não eram técnicas, as câmaras municipais podiam nomear uma pessoa. Assim, tinha sido designado pelas câmaras municipais o atual diretor da ACES da Lezíria do Tejo. Estavam a aguardar pela informação solicitada, sobre o plano de negócios, porque a pessoa em causa tinha pedido autorização formal ao Diretor Executivo do SNS, porque ainda dependia dele. Entretanto, o documento tinha chegado naquela tarde. O senhor Presidente referiu que tinha divulgado o documento pelos colegas Presidentes de

Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

Câmara, mas ainda não tinha tido oportunidade de analisá-lo. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que no dia 1 de janeiro de 2024 era suposto haver um novo Conselho de Administração da ULS. Portanto, a ARS terminaria no dia 31 de dezembro de 2023 e as ULS arrancariam no dia 1 de janeiro de 2024. Disse esperar receber, entretanto, alguma informação. Relativamente ao protocolo a assinar com o IHRU, este tinha a ver com a questão das rendas acessíveis, que serviria para o território da Lezíria. Tratava-se de um "acordo chapéu". Depois, cada câmara municipal faria aquilo que pudesse. Sobre o Hospital Distrital de Santarém, o senhor Presidente referiu que, de momento, tudo aquilo que pudessem vir a ser medidas para o futuro, tal dependeria daquilo que viesse a ser o novo Conselho de Administração.-----

ORDEM DO DIA

---Passou-se de seguida ao **Ponto 1 da Ordem do Dia - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, começando por mencionar as ciclovias da Lezíria do Tejo e solicitando informação sobre este projeto, nomeadamente onde é que começava e onde acabava o trajeto, em que fase se encontrava o projeto e quando é que se previa que ele pudesse estar concluído. O senhor Deputado pretendeu também saber informações sobre o Plano Estratégico do Turismo Sustentável da Lezíria. Questionou se havia alguma coerência, alguma coordenação entre o trabalho desenvolvido pelos municípios na promoção turística e o trabalho levado a cabo pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo. O senhor Deputado quis ainda dar outra nota, que tinha a ver com o desporto. Felicitou a CIMLT pelo Seminário MAIS Lezíria, considerando que tinha corrido muito bem. Disse achar útil estes espaços de reflexão, de formação, de partilha e de boas práticas. Prosseguiu dizendo que nesta área era sempre possível fazer mais, sobretudo no que dizia respeito à prática da atividade física nos grupos populacionais mais desfavorecidos. Questionou até que ponto havia o foco na inclusão, sendo a solidariedade uma das marcas identitárias da CIMLT. Propôs ainda a realização de uma Semana Europeia do Desporto, tal como fazia a União Europeia com os seus Estados Membros, aproveitando o Dia Internacional da Atividade Física, assinalado em abril, para ter mais visibilidade, mais impacto. Propôs ainda fomentar o alerta às populações, para a necessidade de terem mais atividade física, fazerem mais atividade na sua vida diária.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por mencionar o projeto MAIS Lezíria e concordando que era sempre possível fazer mais. Referiu que o MAIS Lezíria tinha as questões da inclusão muito bem definidas, que todos os municípios trabalhavam a atividade física e que era muito importante também o desporto sénior e as atividades para os mais novos. No entanto, considerou que não devia ser só o Desporto a trabalhar estas

Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

questões. Devia de haver mais gente a preocupar-se, nomeadamente a Saúde. Dando o exemplo de Almeirim mencionou que já havia evolução e que, hoje em dia, alguns médicos já “prescreviam” folhetos de desporto ao desporto sénior. Em relação às questões do turismo, lembrou uma conferência muito interessante ocorrida dias antes, com grande participação, onde tinha sido refletido o turismo na região. Mencionou a aposta que estava a ser feita no enoturismo, porque as quintas e as várias instituições ganhavam dinheiro. Aliás, só se tinha mudado a forma de pensar na área dos vinhos do Tejo, quando o vinho a granel tinha deixado de dar dinheiro. Como se costumava dizer, “a fome e o frio põem a lebre o caminho” e a estratégia teve de mudar. Prosseguiu dizendo que já tinham decorrido algumas reuniões com a CVR Tejo, para colocar a funcionar a chamada Route 118, uma road trip vínica pelo Ribatejo com visitas a vinhas, adegas, restaurantes e passeios na natureza. Por outro lado, o senhor Presidente lembrou a questão do termo “Ribatejo”, que era a sub-região da Lezíria do Tejo. mas a nível turístico era o Ribatejo e pretendia-se voltar a ter a sede deste Ribatejo na Casa do Campino, em Santarém. O senhor Presidente considerou ainda, na sua opinião pessoal, que era preciso resolver vários problemas no turismo na região. O primeiro problema era que não havia nenhum concelho no território que tivesse uma oferta para as pessoas passarem um fim de semana. Para além disso, não havia capacidade hoteleira. Se não havia hotéis, não se faziam atividades de fim de semana. Sem atividades, não havia pessoas para preencher hotéis. E, portanto, havia que inverter isto. A “colar” tudo isto deveria estar, mais do que a CIMLT, a Entidade Regional de Turismo, que não tinha assim tanto dinheiro. Poderia ser que melhorasse no quadro de fundos comunitários seguinte. Considerou também que quem tinha de garantir a oferta eram os empresários. Terminou a sua intervenção, informando que a Entidade Regional de Turismo ia ter um técnico superior em permanência no Ribatejo, que vai ter a missão de todos os dias pensar a região e propor desafios, para que possamos dar mais passos e levarmos a cabo iniciativas em comum. Em relação às ciclovias, o senhor Presidente referiu que os estudos estavam todos feitos e que só precisavam de uns milhões para fazer estas coisas.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 2 da Ordem do Dia - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2022.**-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2022**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- **VOTOS A FAVOR:** 27 (PS, PSD, 2021 É O ANO);-----

ABSTENÇÕES: 4 (CDU).-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 da Ordem do Dia - Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Orçamentais e Financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2023 e do**



Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, verificando, na página 6, que a taxa de execução era de 9,61%. Face ao período homólogo, no ano anterior, era preocupante ver que nem 10% tinham capacidade de executar, daquilo que estava previsto. Questionou se iam a tempo de recuperar os outros 91%, nos 6 meses que faltavam do ano.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que a esmagadora maioria do orçamento da CIMLT tinha a ver com as questões dos transportes e a CIMLT só conseguia assinar com os rodoviários, para as questões do PART, das compensações, etc, em junho ou julho. Portanto, obviamente iam pagar e executar mais tarde. Em relação à CP, a CIMLT ainda não tinha pago, mas já tinha conseguido assinar, sem ser nos últimos dias do ano. Ou seja, a execução seria a partir dali.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que estavam a falar de um orçamento enorme, ao nível dos transportes. Por exemplo, cerca de 900 mil euros estavam previstos para compensações aos operadores, por défice. Já tinham pago uma parte, mas ainda andavam a discutir e tinha que ser até ao final do ano, a através de negociação. Com a CP, era praticamente a mesma coisa todos os anos. Havia um diferendo, mas a CIMLT tinha sempre conseguido resolver esse diferendo a seu favor. Adiantou que para a CP iriam 800 mil euros, dos passes de 2024. Portanto, a taxa de execução iria verificar-se, a 31 de dezembro.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 da Ordem do Dia - Apreciação e votação de Orçamento para 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, começando por lembrar uma das marcas identitárias da CIMLT: a solidariedade. Olhando para o orçamento, 2% do mesmo era destinado a educação, cultura e promoção da vida saudável. Parecia-lhe manifestamente pouco. Na opinião do senhor Deputado, a CIMLT poderia ter algumas atividades supramunicipais, associadas à educação, à cultura e à promoção da vida saudável. O senhor deputado prosseguiu a sua intervenção, mencionando a área da transição digital e lembrando que a transição digital não tinha saído da agenda nacional, nem da agenda do Governo. O Governo tinha um programa com vários pontos relativamente à digitalização, quer da administração, quer das empresas. De acordo com o senhor Deputado, os clubes, associações e IPSS estavam completamente ao lado desta transição digital. A parte associativa tinha ficado um bocadinho de fora. Na CIMLT, no orçamento e nas grandes opções constava este tema da transição digital, mas agora não estava lá nada. Assim, o senhor Deputado quis saber se este tema já não era importante e já tinha saído da agenda da Comunidade.-----

Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que, durante o QREN, tinha havido 40 milhões de euros para escolas. No último Quadro Comunitário tinham tido bastante menos. Mas as câmaras tinham executado praticamente o mesmo. O senhor Presidente lembrou que tinha havido um acordo com o Governo e com a Associação Nacional de Municípios para, por exemplo, a recuperação das escolas secundárias. E era algo que tinha de ser feito pelas câmaras municipais. Da parte da CIMLT lembrou o projeto do Sucesso Escolar, que estava a dar excelentes resultados. Deu ainda nota que o dinheiro que iria existir para esse programa, que haveria de ser no âmbito do quadro comunitário seguinte, não podia estar no orçamento, porque ainda nada estava formalizado. O senhor Presidente prosseguiu, destacando o Acordo Quadro das refeições escolares. Tratava-se de um Concurso Público Internacional de vários milhões de euros, que garantia alimentação de qualidade nas escolas. Era uma questão muito importante e que resultava daquilo que era o trabalho da CIMLT. Também a questão da promoção do sucesso escolar estava a ter resultados evidentes e resultava do trabalho da Comunidade. Portanto, havia coisas que depois não se materializavam no orçamento, mas que eram uma realidade. Sobre a questão da vida saudável, o senhor Presidente lembrou que já tinham falado nas questões desportivas. A CIMLT incentivava um conjunto de atividades, nomeadamente com o MAIS Lezíria, em parceria com os municípios. Em relação à cultura, o senhor Presidente salientou o projeto da CIMLT nesta área, na altura com o Nuno Domingos. O senhor Presidente disse defender que os municípios poderiam contratar em conjunto vários espetáculos culturais, obtendo economias de escala. E garantidamente que se fosse a Azambuja, depois fosse a Santarém e depois fosse à Golegã, os públicos seriam completamente diferentes. Em relação às questões da transição digital, o senhor Presidente informou que as verbas para essa área, bem como para a modernização, seriam incluídas no quadro comunitário que se seguia. Sobre os clubes e as associações, referiu que, por norma, as câmaras iam fazendo esse papel quando havia necessidade. Por outro lado, deveria ser liderada pelo IPDJ uma plataforma que fosse comum aos vários clubes, sobretudo no que dizia respeito ao desporto, mas que podia ser também adaptada à questão associativa cultural. No entanto, disse ter dúvidas sobre qual seria o melhor caminho e solicitou sugestões concretas. Considerou, de qualquer forma, que se a digitalização passasse apenas por ter aquisição de computadores e desmaterializar coisas, tal seria muito curto para aquilo que implicava esse investimento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que estavam num período de transição, a encerrar o Alentejo 2020, que terminava a 31 de dezembro. Em 2024 iniciariam o "2027", que estava atrasado em 3 anos de execução. A CIMLT já tinha apresentado o Plano de Ação da Lezíria do Tejo, que tinha sido apreciado pela CCDR. Faltava a Agência de Desenvolvimento. A CIMLT aguardava que, em janeiro de



Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

2024, o plano de ação fosse aprovado. Quando assim fosse, a Assembleia Intermunicipal da CIMLT iria voltar a ser chamada, para serem incluídos os mais de 2 milhões de euros na terceira fase do Sucesso Escolar, mais cerca de 1,5 milhões de euros para a modernização administrativa da CIMLT e dos municípios associados. Ou seja, não era possível inscrever em orçamento uma coisa que ainda não estava aprovada. O senhor Primeiro-Secretário referiu ainda que, em termos de transição digital, a CIMLT, conjuntamente com as CIM do Médio Tejo e do Oeste, estava a negociar uma ITI para as 3 sub-regiões, a qual iria incluir uma proposta para dois 2 projetos: Transição Digital Smart Region para a Lezíria; Estratégia de Turismo para a Lezíria. Reforçou ainda que o Presidente da Entidade Regional de Turismo já tinha afirmado que a estratégia para a Lezíria seria a estratégia que tinha sido elaborada pela CIMLT, em conjunto com os 11 municípios associados e mais de 100 outras entidades. No levantamento efetuado, um dos objetivos foi tentar ver até onde se conseguia ir em matéria de ciclovias, desde Azambuja até à Golegã, e também até Rio Maior, através da antiga linha de caminho de ferro. Na margem esquerda, desde Samora Correia até à Chamusca, pela mata do Escaroupim, e desde o Granho até para Coruche. Portanto, estavam a tentar fazer a ligação da margem direita e margem esquerda do Tejo, com um travessão ao meio que ligará o Oeste a Este. O senhor Primeiro-Secretário reiterou que quando assinassem o plano de ação iriam continuar a apostar na educação, bem como na transição digital, com verbas para a modernização administrativa da CIMLT e dos municípios, bem como as verbas alocadas na ITI OVT, para fazer a Smart Region.

--- Submetido à votação o **Orçamento para 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:

--- **VOTOS A FAVOR:** 27 (PS, PSD, 2021 É O ANO);

--- **ABSTENÇÕES:** 4 (CDU).

-- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 da Ordem do Dia - Apreciação e votação de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação de proposta de Orçamento para 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029**.

--- Submetida à votação a **Autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação de proposta de Orçamento para 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029**, a mesma foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:

--- **VOTOS A FAVOR:** 27 (PS, PSD, 2021 É O ANO);

--- **ABSTENÇÕES:** 4 (CDU).

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 6 da Ordem do Dia - Apreciação e votação de Mapa de Pessoal para 2024**.

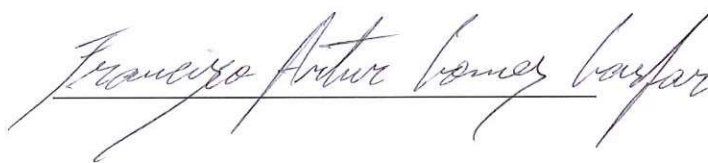
Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023

--- Submetido à votação o **Mapa de Pessoal para 2024**, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.---

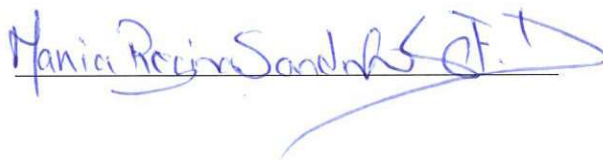
--- De seguida foram lidas pela senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, as minutas das votações dos pontos constantes na Ordem do Dia, tendo sido todas as Minutas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**.---

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT em exercício, Francisco Artur Gomes Gaspar (PSD)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.---

O PRESIDENTE DA MESA



A VICE-PRESIDENTE DA MESA



A SECRETÁRIA DA MESA

